

EDITORIAL

Este n.º 22 da Revista Media & Jornalismo resulta de um conjunto de propostas que nos foram feitas por vários investigadores ao longo dos últimas edições da revista, mas que, por um motivo ou por outro, não puderam integrar nenhum dos mais recentes números temáticos, e resulta, ainda, de novas contribuições que entretanto nos chegaram. Está assim saldada uma dívida para com alguns colegas que já há algum tempo aguardavam a publicação dos seus ensaios. Aqui nos penitenciamos, naturalmente, por isso mesmo, sendo certo que no campo editorial tradicional este tipo de constrangimentos não são facilmente superáveis.

A estrutura deste número da Revista Media & Jornalismo acabou por se centrar em torno de algumas problemáticas de grande actualidade, cujo ponto de intersecção, por assim dizer, pode ser encontrado nos temas da mediação da crise, em tópicos que pensam as questões da História e da memória, noutros contextos discursivos e de regulação do jornalismo de alguma maneira associados à conjuntura da crise, e ainda sobre a temática do esquecimento, que curiosamente ressurgue agora na análise do digital. Daí, então, o título genérico escolhido: Crise, memória e esquecimento.

Podemos dizer, de certa maneira, que os diversos conceitos estão também estreitamente ligados entre si. Diz-se que a memória dos homens é curta, e é um facto que só por uma súbita e de todo inesperada percepção da integridade do mesmo e do outro é que estaríamos aqui a desconstruir a imbricada teia entre crise, mediação, experiência e esquecimento. A reemergência da temática da crise global atinge agora o sistema de *media*, nomeadamente o campo da avaliação das suas interacções e respectiva reflexão epistémica, como jamais tinha acontecido até agora. É uma questão nova no nosso contexto de investigação.

Face a essa problemática, registre-se a relevância do texto de abertura, da autoria de Augusto Soares da Silva, intitulado «O que sabemos sobre a crise económica, pela metáfora. Conceptualizações metafóricas da crise na imprensa portuguesa». Através deste texto percebe-se que as metáforas conceptuais da crise mais utilizadas na imprensa portuguesa são as metáforas da doença, da catástrofe natural e do inimigo. Trazem em si mesmas todo o seu sentido e remetem, no fundo, para um terceiro simbolizante das razões da própria crise. Isto é, tornando-se ideologia, a metáfora da crise iliba as suas verdadeiras causas e origens, circunscreve-se a um «tudo o que sabemos (sobre ela, crise) é que nada sabemos», entrando-se numa espiral de desculpabilização e de auto-legitimação no discurso mediático da própria crise, sendo que estas metáforas tornam-se, naturalmente, constitutivas da própria conceptualização da crise.

Um outro trabalho que nos ajuda também a contextualizar a mediação e a mediatização da crise é o de Jaime Negrão, intitulado «Como é representada a cidadania nos *media*? – Uma análise da cobertura noticiosa do serviço público português de televisão durante a campanha eleitoral legislativa de 2009». Aqui trabalha-se em torno das formas de representação e participação do público na informação do serviço público de televisão. São analisadas situações e peças em que a opinião do público é invocada, verificando-se que todo um conjunto de estratégias de comunicação e editoriais acabam por deformar o produto jornalístico, menorizando ainda nesse processo a própria experiência da cidadania.

De referir, também, nesta mesma sequência, as notas reflexivas sobre recepção, História e memória, da autoria de José Ricardo Carvalheiro, que nos colocam o problema da ausência de estudos históricos e epistemológicos sobre recepção no campo dos *media*, procurando contribuir através do seu ensaio para o aprofundamento do conceito e das práticas das audiências, partindo das noções de consumo, experiência e histórias de vida, e propondo uma linha de pesquisa para a consolidação epistemo-

lógica e mapeamento das múltiplas práticas de recepção.

Numa outra perspectiva, a linha de investigação sobre a história de práticas censórias em Portugal estará um pouco mais consolidada. Francisco Rui Cádima, no seu texto sobre «Imprensa, Poder e Censura: Elementos para a história das práticas censórias em Portugal», procura dar um contributo para a sistematização da genealogia do sistema censório português, desde a censura inquisitorial à emergência da liberdade no pós-revolução vintista, período de significativos focos de tensão entre os então paladinos da liberdade e alguns dos nomes mais relevantes do jornalismo de opinião, mas que apesar de tudo foi determinante para a radicação das ideias liberais no Portugal de noventa.

O nosso dossier sobre a análise de contextos e também das práticas e do discurso jornalístico termina com dois ensaios. O primeiro, assinado por Rui Miguel Gomes, é um estudo sobre um género jornalístico particular, intitulado «Que lugar é dado à reportagem como género jornalístico? Avaliação dos casos do *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias* e *Público*». Num período bastante crítico para o jornalismo escrito, sobretudo devido aos múltiplos constrangimentos que afectam a imprensa, a identificação neste estudo da escassez de reportagens nas práticas editoriais dos jornais, reflecte, na interpretação do autor, “o perigo da perda de profundidade de análise aos factos, no fundo a redução de questões indispensáveis ao funcionamento da matriz de vigilância e escrutínio social”. Por seu lado, Carlos Camponez, no seu ensaio sobre “Aspectos da Auto-Regulação Frustrada dos Jornalistas”, vem chamar a atenção para factores de enorme relevância, sobretudo no domínio da regulação. E alerta para o facto da auto-regulação do jornalismo estar, em Portugal, muito determinada por um conjunto de circunstâncias do foro do sistema político e de governo, pelo que após a liberalização no sistema de *media* na década de 90, assistiu-se ao enfraquecimento do quadro de auto-regulação, podendo falar-se inclusivamente de uma progressiva captura do modelo por

parte do Estado.

Finalmente, mais para além das temáticas inerentes ao jornalismo, muito embora não totalmente alheia às suas práticas, uma investigação de grande actualidade, de Francisco Rui Cádima, sob o tema “O Facebook, as redes sociais e o direito ao esquecimento”. Neste seu recente trabalho, o autor alerta para a importância vital dos internautas poderem gerir autonomamente a sua pegada digital, o seu rasto na Net, seja na Web de uma forma geral, seja, mais em particular, nas redes sociais, dados os problemas que têm surgido ao longo dos últimos anos, nomeadamente com o Facebook, que é um caso analisado nesta pesquisa de forma mais aprofundada.

No conjunto, julgamos que esta edição da Media & Jornalismo tem várias propostas aliciantes para debate e reflexão: vai, em geral, ao encontro dos temas do seu tempo, e constrói, de certa forma, uma analítica fortemente problematizadora dos principais tópicos em presença, pelo que nos resta apenas desejar aos seus destinatários uma excelente leitura.

A Direcção